

SUMÁRIO

PARTE 1 – Fundamentos do direito administrativo, regime jurídico e estrutura da Administração Pública	39
TÍTULO I – FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E ELEMENTOS DOGMÁTICOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	39
Capítulo 1 – História e evolução do direito administrativo.....	39
1.1. Perspectiva internacional	40
1.1.1. Período romano antigo.....	40
1.1.2. Feudalismo.....	42
1.1.3. Direito administrativo na Inglaterra	43
1.1.4. Direito administrativo nos Estados Unidos.....	47
1.1.5. Direito administrativo na França	52
1.1.6. Direito administrativo na Itália.....	60
1.1.7. Direito administrativo na Alemanha.....	62
1.1.8. Direito administrativo na União Europeia	65
1.2. Perspectiva nacional	66
1.3. Direito administrativo contemporâneo no Brasil	75
1.3.1. Paradigmas atuais	75
1.3.2. Desafios futuros	80
1.4. Direito à boa administração	88
1.5. Direito administrativo global	93
Capítulo 2 – Conceito e objeto do direito administrativo.....	94
2.1. Critérios de definição do direito administrativo	94
2.1.1. Critério da Administração Pública	94
2.1.2. Escola do serviço público	96
2.1.3. Escola exegética	98
2.1.4. Critério do poder executivo.....	98
2.1.5. Critério teleológico	99
2.1.6. Critério residual ou negativo	99
2.1.7. Critério das relações jurídicas	100
2.1.8. Critério da administração pública.....	100
2.1.9. Sistematização dos conceitos – quadro esquemático	101
2.1.10. Nossa definição	102
2.2. Direito administrativo e direito da administração pública	105
2.3. Objeto do direito administrativo.....	105
Capítulo 3 – Fontes do direito administrativo	107
3.1. Norma jurídica.....	108
3.1.1. Constituição Federal.....	110

3.1.2.	Leis.....	111
3.1.3.	Tratados internacionais.....	112
3.1.4.	Decretos autônomos.....	114
3.2.	Jurisprudência.....	116
3.2.1.	O papel do Conselho de Estado	117
3.2.1.1.	Conselho de Estado francês.....	117
3.2.1.2.	Conselho de Estado italiano.....	122
3.2.1.3.	Conselho de Estado no Brasil	124
3.3.	Precedente.....	124
3.4.	Doutrina.....	128
3.5.	Costume	129
Capítulo 4 – Direito administrativo e interesse jurídico.....		130
4.1.	Diferenças e semelhanças.....	130
4.2.	Interesse no processo administrativo.....	137
TÍTULO II – ORDEM JURÍDICO-ADMINISTRATIVA.....		141
Capítulo 5 – Regime jurídico-administrativo		141
5.1.	Conceituação	141
5.2.	Regime jurídico público e privado.....	143
5.3.	Regimes jurídico-administrativos.....	146
5.3.1.	Regime jurídico-administrativo romano-germânico (civil law)	146
5.3.2.	Regime jurídico-administrativo anglo-saxão (common law)	147
5.3.3.	Regime jurídico-administrativo brasileiro	149
5.3.4.	Perspectivas contemporâneas.....	149
Capítulo 6 – PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS.....		152
6.1.	Introdução e natureza jurídica dos princípios	152
6.2.	Princípios gerais do direito.....	157
6.3.	Princípios administrativos.....	158
6.3.1.	Natureza jurídica dos princípios administrativos.....	159
6.3.2.	Conteúdo dos princípios administrativos.....	160
6.3.3.	Eficácia dos princípios administrativos.....	161
6.3.4.	Autonomia dos princípios administrativos em face da legalidade.....	163
6.4.	Princípios administrativos expressos no art. 37, “caput”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	164
6.4.1.	Princípio da legalidade.....	165
6.4.1.1.	Considerações iniciais	165
6.4.1.2.	Tipicidade, tipificação, conceito e tipo.....	166
6.4.1.3.	Definições ao princípio da legalidade	169
6.4.1.4.	Lei	173
6.4.1.5.	Bloco de legalidade	175
6.4.1.6.	Legalidade: respeito à lei e ao direito – supremacia da lei.....	178
6.4.1.7.	Exceções ao princípio da legalidade ou à lei formal	179
6.4.1.8.	Legalidade e reserva de lei.....	184

6.4.1.9.	Legalidade e Estado de Direito.....	187
6.4.1.10.	Nível de detalhamento do princípio da legalidade.....	190
6.4.1.11.	Controle da legalidade.....	193
6.4.1.12.	Evolução e perspectiva contemporânea da legalidade.....	196
6.4.2.	Princípio da impessoalidade.....	200
6.4.2.1.	Conceito e elementos dogmáticos do princípio da impessoalidade.....	200
6.4.2.2.	Princípio da impessoalidade no direito estrangeiro.....	201
6.4.2.3.	Fundamentos ao princípio da impessoalidade.....	203
6.4.2.4.	Efeitos do princípio da impessoalidade.....	205
6.4.3.	Princípio da moralidade.....	207
6.4.3.1.	Percurso da construção do princípio da moralidade administrativa.....	208
6.4.3.2.	Interpretação do princípio da moralidade – definição de seu conteúdo	216
6.4.3.2.1.	Primeira pergunta – a moralidade administrativa confunde-se com a moralidade comum?.....	217
6.4.3.2.2.	Segunda pergunta – a moralidade administrativa possui autonomia para com o princípio da legalidade?.....	218
6.4.3.2.3.	Moralidade administrativa e abuso de direito.....	225
6.4.3.2.4.	Moralidade como “superprincípio”.....	226
6.4.3.2.5.	Moralidade e probidade administrativas.....	227
6.4.3.2.6.	Outras concepções do princípio da moralidade.....	229
6.4.3.2.7.	Síntese conclusiva.....	230
6.4.4.	Princípio da publicidade.....	233
6.4.4.1.	Objetivos e efeitos do princípio da publicidade.....	236
6.4.4.2.	Formas de publicidade.....	237
6.4.4.3.	Níveis de publicidade.....	240
6.4.4.3.1.	Conteúdo formal.....	241
6.4.4.3.2.	Conteúdo material ou substancial.....	242
6.4.4.4.	O princípio da publicidade no direito positivo.....	244
6.4.4.5.	Relativização da publicidade dos atos administrativos.....	247
6.4.5.	Princípio da eficiência.....	249
6.4.5.1.	Antecedentes.....	250
6.4.5.2.	Perspectiva internacional.....	250
6.4.5.3.	Perspectiva nacional.....	252
6.4.5.4.	Conteúdo do princípio da eficiência.....	254
6.4.5.5.	Eficiência, eficácia e efetividade.....	259
6.4.5.6.	Mecanismos para a implementação do princípio da eficiência.....	260
6.4.5.6.1.	Agência executiva e contrato de gestão ou de desempenho.....	262
6.5.	Princípios administrativos implícitos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	264
6.5.1.	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	265
6.5.1.1.	Interesse público.....	265
6.5.1.1.1.	Primeiras considerações: interesse público primário e secundário.....	266
6.5.1.1.2.	Outras considerações sobre o interesse público.....	267
6.5.1.1.3.	Conclusões parciais.....	276
6.5.1.2.	Princípio da indisponibilidade.....	278

6.5.1.2.1.	Implicações práticas	279
6.5.1.2.2.	Uso da arbitragem nos negócios jurídicos-administrativos	281
6.5.1.3.	“Princípio da supremacia do interesse público”	285
6.5.1.4.	Fixação de elementos dogmáticos – síntese conclusiva.....	290
6.5.2.	Princípio da igualdade.....	292
6.5.3.	Princípio da razoabilidade e/ou da proporcionalidade	298
6.5.3.1.	Antecedentes históricos.....	298
6.5.3.2.	Conteúdo da razoabilidade	304
6.5.3.2.1.	Perspectiva norte-americana	304
6.5.3.2.2.	Perspectiva brasileira.....	306
6.5.4.	Princípio da participação	307
6.5.4.1.	Conceito.....	307
6.5.4.2.	Concretização do princípio da participação por meio de vários dispositivos constitucionais	308
6.5.4.3.	Manifestações do princípio da participação no direito estrangeiro.....	310
6.5.4.4.	“Efeitos colaterais” do princípio da participação.....	310
6.5.4.5.	Formas de participação	311
6.5.4.6.	Perspectiva contemporânea acerca do princípio da participação.....	311
6.5.5.	Princípio da segurança jurídica.....	313
6.5.5.1.	Sentido objetivo	316
6.5.5.2.	Sentido subjetivo	317
6.6.	Princípios administrativos expressos na legislação	320

TÍTULO III – ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AGENTES PÚBLICOS E PROIBIÇÃO DE ADMINISTRATIVA **323**

Capítulo 7 – Administração Pública.....	323
7.1. Premissas teóricas	323
7.1.1. Sentidos, noções ou concepções do termo “administração pública”	323
7.1.2. Administração pública e governo	326
7.1.3. Estado e Administração Pública	327
7.2. Estrutura orgânica da Administração Pública	328
7.2.1. Entidades ou pessoas jurídicas da Administração Pública.....	329
7.2.2. Órgãos públicos	331
7.2.2.1. Teorias que explicam o órgão.....	332
7.2.2.2. Características do órgão público.....	334
7.2.2.3. Espécies de órgãos públicos	335
7.2.2.4. Teoria da personificação do órgão.....	337
7.2.2.5. Criação de órgãos públicos – desconcentração ou especialização	338
7.2.3. Formas estruturais da Administração Pública	339
7.3. Administração Pública direta e indireta.....	343
7.3.1. Relação entre os entes da Administração direta e indireta – poder de tutela, controle técnico, controle finalístico ou controle ministerial.....	345
7.3.2. Administração Pública direta.....	345
7.3.3. Administração Pública indireta	348

7.3.3.1.	Criação de entidades da Administração Pública indireta – descentralização	349
7.3.3.2.	Espécies de entidades da Administração Pública indireta.....	350
7.3.3.2.1.	Autarquia.....	350
7.3.3.2.1.1.	Conceito e natureza jurídica da autarquia	350
7.3.3.2.1.2.	Espécies de autarquia.....	353
7.3.3.2.1.3.	Agências reguladoras	361
7.3.3.2.1.3.1.	Origem das agências reguladoras no exterior.	361
7.3.3.2.1.3.2.	Origem e características das agências reguladoras no Brasil	363
7.3.3.2.1.3.3.	Requisitos para ser membro de Conselho Diretor ou de Diretoria da Agência Reguladora...	366
7.3.3.2.1.3.4.	Natureza jurídica das agências reguladoras	368
7.3.3.2.1.3.5.	Autonomia da agência reguladora	369
7.3.3.2.1.3.6.	Funções das agências reguladoras	371
7.3.3.2.1.3.7.	Espécies de agência reguladora.....	373
7.3.3.2.2.	Fundação pública	374
7.3.3.2.2.1.	Conceito de fundação pública.....	375
7.3.3.2.2.2.	Natureza jurídica da fundação pública.....	376
7.3.3.2.3.	Empresas estatais.....	377
7.3.3.2.3.1.	Exploração de atividade econômica pelo Estado ou intervenção direta na economia.....	379
7.3.3.2.3.2.	Criação de empresas estatais e de subsidiárias ...	380
7.3.3.2.3.3.	Licitações das empresas estatais	382
7.3.3.2.3.4.	Regime de pessoal das empresas estatais	382
7.3.3.2.3.5.	Extinção das empresas estatais	387
7.3.3.2.3.6.	Controle das empresas estatais	388
7.3.3.2.3.7.	Prerrogativas de Fazenda Pública aplicadas à determinadas empresas estatais.....	389
7.3.3.2.3.8.	Empresa pública	391
7.3.3.2.3.9.	Sociedade de economia mista.....	392
7.3.3.2.3.10.	Empresa ou sociedade controlada pela Administração Pública	394
7.3.3.2.4.	Associações constituídas a partir de consórcios públicos.	396
7.3.3.2.4.1.	Conceito de associação derivada de consórcio público	397
7.3.3.2.4.2.	Espécies de associação derivada de consórcio público	398
7.3.3.2.4.3.	Procedimento de constituição da associação derivada de consórcio público	400
7.3.3.2.4.4.	Prerrogativas da associação derivada do contrato de consórcio público	402
7.3.3.2.4.5.	Extinção do consórcio ou a retirada de um dos seus membros	403

Capítulo 8 – Agentes públicos..... 404

8.1.	Conceito e elementos de agente público	404
------	--	-----

8.2.	Relação jurídica do agente público para com o Estado e investidura.....	406
8.3.	Agente ou funcionário público de fato.....	407
8.4.	Classificação dos agentes públicos.....	409
8.4.1.	As várias classificações de agentes públicos.....	409
8.4.2.	A nossa classificação.....	412
8.5.	Agentes políticos.....	413
8.6.	Militares.....	415
8.6.1.	Classificação e espécies de militares.....	415
8.6.2.	Estatuto das corporações militares.....	416
8.6.3.	Patentes militares.....	416
8.6.4.	Vedações constitucionais aos militares.....	417
8.7.	Particulares em colaboração.....	418
8.8.	Agentes administrativos.....	420
8.8.1.	Contratação temporária ou por tempo determinado.....	421
8.8.1.1.	Conceito.....	421
8.8.1.2.	Requisitos à contratação temporária.....	422
8.8.1.3.	Direitos dos contratados temporariamente.....	424
8.8.1.4.	Competência para julgamento.....	424
8.8.2.	Servidor público detentor de emprego público.....	425
8.8.3.	Servidor público detentor de cargo público.....	428
8.8.3.1.	Cargo de confiança, cargo em comissão ou cargo não estável.....	430
8.8.3.1.1.	Conceito.....	430
8.8.3.1.2.	Requisitos para a criação.....	431
8.8.3.1.3.	Diferenças para com a Função Gratificada ou Função de Confiança.....	432
8.8.3.2.	Cargo de provimento efetivo.....	433
8.8.4.	Acumulação de cargos e de empregos públicos.....	434
8.8.4.1.	Possibilidades de acumulação de cargos ou empregos públicos.....	434
8.8.4.2.	Requisitos à acumulação de cargos ou empregos públicos.....	435
8.8.4.3.	Providências quando há a acumulação indevida.....	436
8.8.5.	Regime jurídico único.....	437
8.8.6.	Regime jurídico dos servidores públicos estatutários civis.....	439
8.8.6.1.	Institutos relativos ao regime estatutário civil.....	439
8.8.6.2.	Formas de provimento de cargos públicos – acesso aos cargos públicos.....	445
8.8.6.2.1.	Acesso aos cargos públicos por brasileiros e estrangeiros.....	446
8.8.6.2.2.	Provimento originário – nomeação.....	447
8.8.6.2.3.	Provedimentos derivados.....	450
8.8.6.2.4.	Posse e exercício.....	455
8.8.6.3.	Concurso público.....	457
8.8.6.3.1.	Evolução histórica.....	457
8.8.6.3.2.	Conceito.....	459
8.8.6.3.3.	Fases do concurso público.....	460
8.8.6.3.4.	Critérios de seleção.....	460
8.8.6.3.5.	Prazo de validade e prorrogação de concurso público.....	469

8.8.6.3.6.	Número de vagas oferecidas no edital e direito à nomeação	470
8.8.6.3.7	Comissão do concurso público	474
8.8.6.3.8.	Edital do concurso público	475
8.8.6.3.9.	Contratação violando a obrigatoriedade de se perfazer concurso público....	476
8.8.6.4.	Estágio probatório e estabilidade.....	477
8.8.6.5.	Sistema remuneratório	479
8.8.6.5.1.	Sistema de remuneração ou vencimento	480
8.8.6.5.2.	Sistema de subsídio.....	482
8.8.6.5.3.	Proibição de vinculação ou de equiparação de remunerações	482
8.8.6.5.4.	Revisão anual das remunerações dos servidores públicos	484
8.8.6.5.5.	Irredutibilidade de vencimentos.....	485
8.8.6.5.6.	Valores recebidos indevidamente	487
8.8.6.6.	Teto remuneratório	489
8.8.6.6.1.	Limites impostos pelo teto remuneratório.....	490
8.8.6.6.2.	Quem se submete ao teto remuneratório	491
8.8.6.6.3.	O que se inclui no limite do teto remuneratório.....	491
8.8.6.7.	Direito de greve do servidor público estatutário.....	492
8.8.6.8.	Formas de vacância de cargo público – desligamento do servidor público.....	493
8.8.6.9.	Proibição de nepotismo.....	494
8.8.6.10.	Responsabilidade do servidor público estatutário	496
8.8.6.10.1.	Proibições e deveres dos servidores públicos	496
8.8.6.10.2.	Penas disciplinares aplicadas aos servidores públicos	497
8.8.6.10.3.	Prescrição das penas disciplinares.....	500
8.8.6.10.4.	Processo administrativo disciplinar.....	501
8.8.7.	Regime próprio de previdência.....	508
8.8.7.1.	Introdução à seguridade social.....	508
8.8.7.2.	Aposentadoria e pensão.....	511
8.8.7.3.	Evolução do regime próprio de previdência.....	511
8.8.7.4.	Regime de previdência complementar	515
8.8.7.5.	Perspectiva contemporânea do regime próprio de previdência.....	515
Capítulo 9 – Proibição administrativa.....	516	
9.1.	Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/92.....	520
9.1.1.	Previsão normativa.....	520
9.1.2.	Conceito de improbidade administrativa e natureza jurídica.....	522
9.1.2.1.	Conceito.....	522
9.1.2.2.	Lei nº 8.429/92 faz parte de um sistema	523
9.1.2.3.	Natureza jurídica.....	524
9.1.3.	Princípios que regem a Lei de Improbidade Administrativa.....	525
9.1.4.	Bens jurídicos protegidos pela Lei de Improbidade Administrativa.....	526
9.1.5.	Teoria da independência relativa de esferas.....	527
9.1.6.	Sujeito passivo do ato de improbidade – vítima do ato – quem pode sofrer o ato....	534
9.1.7.	Sujeito ativo do ato de improbidade – autor do ato – quem pode praticar o ato.....	536
9.1.7.1.	Pessoa jurídica.....	539

9.1.7.2.	Sucessores (herdeiros) do agente que cometeu ato de improbidade ou diante de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária	540
9.1.7.3.	Agentes políticos	542
9.1.8.	Tipos ou infrações que caracterizam atos de improbidade	543
9.1.8.1.	Enriquecimento ilícito derivado de vantagem indevida	544
9.1.8.2.	Lesão ao erário	545
9.1.8.3.	Violação aos princípios	546
9.1.9.	Premissas hermenêuticas ou fatos que devem ou não devem ser consideradas na decisão de uma ação de improbidade	549
9.1.10.	Sistema probatório nas ações de improbidade	551
9.1.11.	Penas pela prática de ato de improbidade administrativa	553
9.1.11.1.	Espécies de penas	553
9.1.11.2.	Aplicação e gradação das penas	554
9.1.11.2.1.	Aplicação das penas	555
9.1.11.2.2.	Gradação ou individualização das penas	555
9.1.11.2.3.	Impossibilidade de execução de penas antes do trânsito em julgado ...	560
9.1.11.2.4.	Espécies de pena	561
9.1.11.2.4.1.	Perda da função pública	561
9.1.11.2.4.2.	Multa	562
9.1.11.2.4.3.	Proibição de contratar com a Administração Pública	562
9.1.11.2.4.4.	Ressarcimento do dano	563
9.1.11.2.4.5.	Suspensão de direitos políticos	563
9.1.11.2.4.6.	Penas aplicadas às pessoas jurídicas	564
9.1.11.2.5.	Bagatela ou insignificância	564
9.1.12.	Elemento subjetivo da improbidade administrativa	565
9.1.12.1.	Evolução	565
9.1.12.2.	Elementos constitutivos do dolo na improbidade administrativa	566
9.1.12.3.	Impossibilidade de punição por divergência de interpretação – “ilícito de hermenêutica”	570
9.1.13.	Aspectos processuais da improbidade administrativa	570
9.1.13.1.	Competência jurisdicional para conhecer a ação de improbidade administrativa	570
9.1.13.2.	Legitimidade ativa nas ações de improbidade administrativa	572
9.1.13.3.	Defesa do acusado pela Advocacia Pública	573
9.1.13.4.	Rito processual das ações de improbidade administrativa	574
9.1.13.5.	Petição inicial	574
9.1.13.6.	Sucessão de atos processuais	576
9.1.13.7.	Decisão final	581
9.1.13.8.	Acordo de não persecução cível	581
9.1.14.	Medidas cautelares na ação de improbidade administrativa	584
9.1.14.1.	Indisponibilidade de bens	586
9.1.14.2.	Afastamento cautelar das funções	593
9.1.15.	Prescrição da pretensão punitiva em casos de improbidade administrativa	594
9.1.15.1.	Prescrição da ação de improbidade	594

9.1.15.2.	Prazos para investigação dos atos de improbidade administrativa	596
9.1.15.3.	Imprescritibilidade da reparação do dano – art. 37, § 5º, da CF/88.....	597
9.2.	Lei anticorrupção – Lei nº 12.846/13	599
9.2.1.	Natureza jurídica da Lei nº 12.846/2013.....	599
9.2.2.	Âmbito de incidência da Lei nº 12.846/2013	600
9.2.3.	Objeto da Lei Anticorrupção.....	601
9.2.4.	Sujeito ativo – aquele que pratica o ato ilícito.....	601
9.2.5.	Sujeito passivo – aquele que sofre o ato ilícito.....	602
9.2.6.	Regime de responsabilidade adotado pela Lei nº 12.846/2013	602
9.2.7.	Atos ilícitos – tipificação	604
9.2.8.	Procedimento administrativo da Lei Anticorrupção	605
9.2.9.	Procedimento judicial da Lei Anticorrupção	608
9.2.10.	Penalidades aplicáveis pela Lei Anticorrupção.....	609
9.2.10.1.	Penas administrativas	609
9.2.10.2.	Penas judiciais.....	610
9.2.11.	Acordo de leniência previsto da Lei Anticorrupção	611
9.2.12.	Prescrição dos atos puníveis pela Lei Anticorrupção	613
9.2.13.	Programa de integridade ou compliance	614
PARTE 2 – Relações jurídico-administrativas unilaterais e os meios de controle		619
TÍTULO I – DIREITO SUBJETIVO E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA		619
Capítulo 10 – Direito subjetivo no âmbito do direito administrativo.....		619
10.1.	Introdução	619
10.2.	Direito subjetivo.....	620
10.2.1.	Conceituação quanto ao objeto tutelado	620
10.2.2.	Conceituação quanto à finalidade	621
10.2.3.	Conceituação quanto à justificação	621
10.3.	Direito subjetivo e direito objetivo	621
10.4.	Direito subjetivo e direito potestativo.....	626
10.5.	Direito público subjetivo.....	627
10.6.	Direitos subjetivos do Estado.....	629
10.7.	Redução do problema aos limites da competência administrativa	630
10.8.	Direitos debilitados.....	633
10.9.	Reflexões complementares	633
Capítulo 11 – Estado e função administrativa.....		634
11.1.	Introdução	634
11.2.	Função	638
11.3.	Função pública	638
11.3.1.	Sentido amplo	639
11.3.2.	Sentido estrito	640
11.3.3.	Sentido super-restrito	640
11.4.	Função administrativa	641

11.4.1. Critério residual (negativista).....	643
11.4.2. Critério subjetivo ou orgânico.....	644
11.4.3. Critério objetivo ou funcional	645
11.4.3.1. Critério objetivo-material.....	645
11.4.3.2. Critério objetivo-formal	647
11.4.4. Nossa definição	648
Capítulo 12 – Funções administrativas específicas	654
12.1. Considerações sobre o exercício das funções administrativas	654
12.2. Poder Executivo e função administrativa	657
12.3. Prerrogativas ou potestades administrativas	659
12.4. Teoria dos poderes implícitos	660
12.5. A Teoria do “poder-dever” ou do “dever-poder”	660
12.6. Classificação das funções administrativas.....	661
12.7. Funções introversas	663
12.7.1. Função hierárquica.....	664
12.7.1.1. Conceito de função hierárquica	665
12.7.1.2. Faculdades advindas da função hierárquica.....	667
12.7.1.3. Dever e excludentes da função hierárquica.....	668
12.7.1.4. Características da função hierárquica	668
12.7.2. Função disciplinar.....	669
12.7.2.1. Conceito e objeto da função disciplinar	669
12.7.2.2. Exercício da função disciplinar.....	669
12.7.2.3. Princípio da intranscendência na aplicação de penas administrativas ..	671
12.8. Funções extroversas	671
12.8.1. Função de polícia.....	672
12.8.1.1. Antecedentes históricos.....	672
12.8.1.2. Conceito de função de polícia.....	673
12.8.1.3. Objeto da função de polícia	675
12.8.1.4. Atuação de polícia.....	677
12.8.1.5. Características da função de polícia.....	679
12.8.1.6. Classificação e espécies de função de polícia	680
12.8.1.6.1. Quanto à especificidade ou generalidade	680
12.8.1.6.2. Quanto ao momento em que atua	681
12.8.1.7. Titulares do exercício da função de polícia.....	681
12.8.1.8. Delegação do exercício da função de polícia a particulares	683
12.8.1.8.1. Exercício dos atos materiais de polícia por particulares	683
12.8.1.8.2. Exercício dos atos de polícia por particulares	684
12.8.1.9. Distinções necessárias para com a função de polícia.....	686
12.8.1.9.1. Distinção da função de polícia e o direito de vizinhança.....	687
12.8.1.9.2. Diferença da função de polícia e o serviço público	687
12.8.1.9.3. Diferença ente polícia judiciária e administrativa	688
12.8.2. Função regulamentar	690
12.8.2.1. Precisações semântico-dogmáticas sobre o tema	691
12.8.2.2. Conceito de função regulamentar	693

12.8.2.3.	Natureza jurídica.....	694
12.8.2.4.	Limites à função regulamentar	695
12.8.2.5.	Exercício da função regulamentar	698
12.8.2.5.1.	Regulamentação secundum legem – regulamentos executivos.....	700
12.8.2.5.2.	Regulamentação intra legem – regulamentos delegados ou autorizados	702
12.8.2.5.3.	Regulamentação praeter legem – regulamentos autônomos	707
12.8.2.5.4.	Síntese conclusiva.....	710
12.8.2.6.	Manifestações concretas da função regulamentar – espécies de atos normativos infralegais	711
12.8.2.6.1.	Decreto e regulamento.....	712
12.8.2.6.2.	Resolução.....	713
12.8.2.6.3.	Instrução	713
12.8.2.6.4.	Portaria.....	714
12.8.2.6.5.	Deliberação.....	714
12.8.2.6.6.	Regimento	715
12.8.2.7.	Função regulamentar no direito estrangeiro	715
TÍTULO II – RELAÇÕES JURÍDICAS UNILATERAIS.....		719
Capítulo 13 – Ato administrativo.....		719
13.1.	Introdução ao ato administrativo.....	719
13.2.	Inserção do ato administrativo nos domínios do fato jurídico lato sensu	720
13.2.1.	Princípio da relatividade do suporte fático	725
13.2.2.	Fato administrativo ou fato jurídico stricto sensu.....	725
13.2.3.	Ato administrativo como categoria do ato jurídico <i>stricto sensu</i>	727
13.3.	Silêncio administrativo	730
13.3.1.	Silêncio administrativo no direito estrangeiro.....	730
13.3.2.	Natureza jurídica e efeitos do silêncio administrativo	732
13.3.3.	Perspectiva contemporânea acerca do silêncio administrativo.....	735
13.3.4.	O direito de injunção administrativa e soluções brasileiras à omissão administrativa	738
13.3.5.	Exemplos de silêncio administrativo no sistema jurídico brasileiro	740
13.4.	Atos administrativos e atos da administração.....	741
13.4.1.	Espécies de atos da Administração – não são atos administrativos – margem negativa	742
13.4.1.1.	Atos legislativos e judiciais.....	743
13.4.1.2.	Atos políticos ou atos de governo	743
13.4.1.2.1.	Evolução e desenvolvimento do ato político ou de governo	744
13.4.1.2.2.	Elementos dogmáticos e conceituação dos atos políticos ou de governo	750
13.4.1.3.	Atos de gestão ou atos regidos pelo direito privado e praticados pela Administração Pública	753
13.4.1.4.	Atos materiais – mera operacionalização.....	756
13.4.1.5.	Atos regulamentares.....	758
13.4.1.5.1.	Atos administrativos intermediários	761

13.4.1.6.	Contratos administrativos	762
13.5.	Conceituação dos atos administrativos	762
13.5.1.	Conceitos encontrados na doutrina em geral.....	763
13.5.2.	Estruturação dogmática dos pressupostos do conceito de ato administrativo – margem positiva.....	772
13.5.2.1.	Ato administrativo é ato jurídico stricto sensu.....	774
13.5.2.2.	Exercício da função administrativa.....	775
13.5.2.3.	Unilateralidade do ato administrativo	775
13.5.2.4.	Concretude	776
13.5.2.5.	Expedido no uso das prerrogativas públicas.....	777
13.5.2.6.	Praticado pelo Estado ou por quem lhe faça as vezes.....	777
13.5.2.7.	Implementação do interesse público.....	777
13.5.2.8.	Sujeição a um regime jurídico-administrativo	778
13.5.3.	Síntese conclusiva – encaminhamento de um conceito de ato administrativo.....	778
13.6.	Elementos do ato administrativo	779
13.6.1.	Competência ou sujeito	782
13.6.1.1.	Conceito.....	782
13.6.1.2.	Competência e capacidade do agente público.....	785
13.6.1.3.	Classes de competências – limitações	787
13.6.1.4.	Teoria do paralelismo das competências	788
13.6.1.5.	Vício de competência – a incompetência.....	789
13.6.1.5.1.	Espécies de vício de competência – espécies de incompetência	789
13.6.1.5.2.	Excesso de poder	790
13.6.1.6.	Modificação das competências administrativas.....	792
13.6.1.6.1.	Delegação de competência.....	792
13.6.1.6.1.1.	Espécies de delegação	795
13.6.1.6.1.2.	Competências indelegáveis.....	796
13.6.1.6.1.3.	Subdelegação.....	797
13.6.1.6.2.	Avocação de competência	799
13.6.1.6.3.	Circunstâncias excepcionais que modificam a competência.....	800
13.6.1.7.	Suspensão provisória da competência	801
13.6.2.	Forma.....	801
13.6.2.1.	Formalidade	803
13.6.2.1.1.	Formalidade e procedimento.....	805
13.6.2.2.	Forma: elemento discricionário ou vinculado?	805
13.6.2.3.	Vícios da forma.....	807
13.6.2.3.1.	Classificação da forma quanto ao vício jurídico.....	808
13.6.2.4.	Teoria do paralelismo das formas	809
13.6.3.	Finalidade	811
13.6.3.1.	Desvio de finalidade ou de poder.....	812
13.6.3.1.1.	Perspectiva estrangeira.....	812
13.6.3.1.2.	Perspectiva brasileira.....	816
13.6.3.1.3.	Síntese conclusiva – perspectiva contemporânea.....	818
13.6.3.1.4.	Desvio de finalidade específico ou genérico.....	826

13.6.3.1.5.	Desvio de finalidade e controle de constitucionalidade.....	827
13.6.3.1.6.	Desvio de finalidade por omissão.....	827
13.6.3.1.7.	A intenção no desvio de finalidade – móvel do ato administrativo	828
13.6.3.1.8.	Prova do desvio de finalidade	829
13.6.4.	Motivo.....	830
13.6.4.1.	Pressupostos do motivo do ato administrativo e erro de fato ou de direito	832
13.6.4.2.	Defeito no elemento motivo	834
13.6.4.3.	Controle judicial dos motivos do ato administrativo.....	835
13.6.4.4.	Teoria dos motivos determinantes	836
13.6.4.5.	Motivação	838
13.6.4.5.1.	Motivação referida ou aliunde	843
13.6.4.5.2.	Motivação: um problema de forma ou de conteúdo?	843
13.6.4.5.3.	Obrigatoriedade ou não de se motivar todos os atos administrativos..	844
13.6.4.6.	Móvel do ato administrativo	849
13.6.5.	Objeto	850
13.7.	Prerrogativas e sujeições administrativas, atributos ou características do ato administrativo	852
13.7.1.	Presunção de legitimidade	855
13.7.1.1.	Finalidades da presunção de legitimidade.....	857
13.7.1.2.	Efeitos da presunção de legitimidade	858
13.7.1.3.	Desnecessidade de previsão expressa	860
13.7.2.	Imperatividade	861
13.7.2.1.	Atos administrativos sem imperatividade	863
13.7.2.2.	Perspectiva contemporânea.....	863
13.7.3.	Autoexecutoriedade	865
13.7.3.1.	Executoriedade e exigibilidade	865
13.7.3.2.	Conceito.....	867
13.7.3.3.	Elementos dogmáticos da autoexecutoriedade.....	869
13.7.3.4.	Autoexecutoriedade e descumprimento da lei.....	871
13.7.3.5.	Judicialização ou processualidade da autoexecutoriedade.....	872
13.8.	Classificação dos atos administrativos	873
13.8.1.	Crítério do sentido do ato – ato administrativo material ou formal	874
13.8.2.	Crítério do regime jurídico – ato administrativo de império, de gestão ou de expediente	875
13.8.3.	Crítério dos destinatários – ato administrativo geral ou individual.....	877
13.8.4.	Crítério do âmbito de repercussão – ato administrativo interno ou externo.....	879
13.8.5.	Crítério dos tipos de efeitos – ato administrativo constitutivo, declaratório ou enunciativo	880
13.8.6.	Crítério da duração dos efeitos – ato administrativo instantâneo ou continuado.....	881
13.8.7.	Crítério dos efeitos do ato em relação ao cidadão – ato administrativo ampliativo ou ablativo	881
13.8.8.	Crítério da exequibilidade – ato administrativo perfeito, imperfeito, pendente ou consumado.....	883
13.8.9.	Crítério do ajuste de vontades – ato administrativo negocial ou não negocial.....	884

13.8.10. Critério da competência – ato administrativo discricionário e vinculado.....	885
13.8.11. Critério da natureza da atividade – ato administrativo ativo, consultivo, verificador ou contencioso	886
13.8.12. Critério da forma – ato administrativo escrito ou verbal	886
13.8.13. Critério da originalidade do objeto – ato administrativo primário ou secundário	887
13.8.14. Critério da natureza da relação – ato administrativo de subordinação ou de coordenação.....	887
13.8.15. Critério da existência – ato administrativo integrado ou incompleto	888
13.8.16. Critério da validade – ato administrativo válido, inválido ou válido.....	888
13.8.17. Critério da presença de eficácia – ato administrativo eficaz ou ineficaz.....	889
13.8.18. Critério da estrutura – ato concreto, abstrato ou misto	889
13.8.19. Critério da formação – ato administrativo simples, complexo ou composto	892
13.8.19.1. Início do prazo de decadência no ato administrativo complexo e composto – início do aperfeiçoamento do ato	895
13.8.19.2. Atos de verificação dos tribunais de contas	896
13.8.19.3. Vícios jurídicos nos atos administrativos complexos	897
13.9. Espécies de atos administrativos.....	897
13.9.1. Atos administrativos enunciativos.....	899
13.9.1.1. Apostila.....	900
13.9.1.2. Atestado	900
13.9.1.3. Certidão	900
13.9.1.4. Visto.....	901
13.9.1.5. Informação	902
13.9.1.6. Parecer.....	902
13.9.1.6.1. O parecer seria verdadeiro ato administrativo?	903
13.9.1.6.2. Estrutura e forma do parecer.....	904
13.9.1.6.3. Espécies de parecer	906
13.9.1.6.3.1. Parecer facultativo	906
13.9.1.6.3.2. Parecer obrigatório ou necessário.....	907
13.9.1.6.3.3. Parecer vinculante.....	907
13.9.1.6.3.4. Parecer normativo.....	908
13.9.1.6.4. Responsabilidade dos pareceristas	908
13.9.2. Atos administrativos negociais.....	912
13.9.2.1. Admissão	915
13.9.2.2. Aprovação	915
13.9.2.3. Homologação.....	916
13.9.2.4. Visto.....	916
13.9.2.5. Registro	916
13.9.2.6. Licença	917
13.9.2.7. Concessão.....	919
13.9.2.8. Permissão.....	920
13.9.2.9. Autorização	921
13.9.2.10. Alvará	925
13.9.2.11. Dispensa.....	925
13.9.2.12. Renúncia.....	925

13.9.3. Atos ordinatórios – medidas de ordem interior – medidas internas	926
13.9.3.1. Circular	929
13.9.3.2. Instrução	930
13.9.3.3. Diretiva.....	931
13.9.3.4. Ordem de serviço.....	932
13.9.3.5. Ofícios	932
13.9.4. “Atos administrativos normativos” ou “regulamentares”	933
13.10. Discricionariedade e vinculação administrativas.....	933
13.10.1. Precisão teórica-dogmática.....	933
13.10.2. Vinculação administrativa	935
13.10.3. Discricionariedade administrativa.....	937
13.10.3.1. Reserva de administração	937
13.10.3.2. Critérios constitutivos e definição da discricionariedade administrativa	939
13.10.3.3. Mérito do ato administrativo	946
13.10.3.4. Fundamentos lógico-jurídicos à discricionariedade administrativa.....	946
13.10.3.5. Limites à atuação discricionária.....	947
13.10.3.6. Elementos da discricionariedade administrativa.....	948
13.10.3.7. Capacidade de agir a partir da discricionariedade	949
13.10.3.8. Discricionariedade e arbitrariedade	949
13.10.3.9. Vícios ligados à discricionariedade	950
13.10.3.10. Discricionariedade e conceitos jurídicos indeterminados	951
13.10.3.11. O problema da “discricionariedade técnica”	959
13.10.3.12. Discricionariedade e o princípio da igualdade	964
13.10.3.13. Discricionariedade e interesse público.....	966
13.10.3.14. A ideia de se “superar” a dicotomia entre os atos puramente discricionários e vinculados.....	967
13.10.3.15. Discricionariedade seletiva e normativa.....	969
13.11. Planos do ato administrativo – existência, validade, eficácia e perfeição	969
13.11.1. Plano da existência do ato administrativo.....	974
13.11.2. Plano da validade do ato administrativo.....	978
13.11.3. Plano da eficácia do ato administrativo	979
13.11.3.1. Elementos que podem obstar a eficácia dos atos administrativos	980
13.11.3.2. O tempo dos atos administrativos	983
13.11.4. Plano da perfeição do ato administrativo	985
13.12. Sistema de nulidades do ato administrativo	987
13.12.1. Aplicação do sistema de nulidades do direito civil ao regime jurídico administrativo	988
13.12.2. Sistema de nulidades do regime jurídico administrativo	992
13.12.2.1. Perspectiva internacional.....	992
13.12.2.2. Perspectiva nacional.....	994
13.12.3. Espécies e possibilidades de nulidade do ato administrativo.....	1001
13.12.3.1. Nulidade absoluta ou apenas nulidade.....	1006
13.12.3.2. Nulidade relativa ou apenas anulabilidade	1010
13.12.3.3. Irregularidade.....	1012

13.12.4. O problema da nulidade parcial.....	1013
13.12.5. Requisição da validade e ferramentas jurídicas de correção dos vícios jurídicos do ato administrativo.....	1013
13.12.5.1. Convalidação.....	1015
13.12.5.1.1. Formas de se convalidar um ato administrativo.....	1015
13.12.5.1.2. Pressupostos lógicos da convalidação.....	1016
13.12.5.1.3. Pressupostos jurídicos da convalidação – elementos nucleares.....	1017
13.12.5.1.4. A convalidação seria ato vinculado ou discricionário?.....	1018
13.12.5.1.5. Legitimados a praticarem a convalidação.....	1019
13.12.5.2. Conversão.....	1020
13.12.5.3. Estabilização.....	1021
13.12.5.4. Decadência.....	1022
13.12.5.4.1. Pressupostos jurídicos da decadência – elementos nucleares.....	1024
13.12.5.4.2. Decadência administrativa do direito de reconhecer nulidade que deriva da violação de norma constitucional.....	1025
13.12.6. Instituto da <i>pas de nullité sans grief</i> aplicado ao direito administrativo.....	1026
13.13. Extinção dos atos administrativos.....	1030
13.13.1. Extinção objetiva ou natural.....	1031
13.13.1.1. Quando há exaurimento dos efeitos.....	1032
13.13.1.2. Quando há o desaparecimento do sujeito beneficiário ou do objeto do ato administrativo.....	1032
13.13.2. Extinção subjetiva ou provocada.....	1032
13.13.2.1. Por ato do cidadão.....	1033
13.13.2.1.1. Renúncia.....	1033
13.13.2.1.2. Recusa.....	1033
13.13.2.2. Por retirada ou por ato da Administração Pública.....	1034
13.13.2.2.1. Revogação.....	1034
13.13.2.2.1.1. A peculiaridade do art. 71, § 2º, da Lei nº 14.133/21 – Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos.....	1037
13.13.2.2.1.2. Objeto da revogação dos atos administrativos.....	1037
13.13.2.2.1.3. Atos administrativos irrevogáveis.....	1038
13.13.2.2.1.4. Efeitos ex nunc (prospectivos) da revogação.....	1040
13.13.2.2.1.5. Forma da revogação.....	1041
13.13.2.2.1.6. Revogação da revogação do ato administrativo – efeito repristinatório.....	1042
13.13.2.2.1.7. Revogação e autolimitação administrativa.....	1042
13.13.2.2.1.8. Revogação de atos administrativos que geram vantagens ao particular.....	1044
13.13.2.2.2. Anulação.....	1046
13.13.2.2.2.1. Efeitos ex tunc (retroativos) da anulação.....	1049
13.13.2.2.2.2. Modulação dos efeitos da anulação do ato administrativo – declaração parcial de ilegalidade sem pronúncia de nulidade.....	1050
13.13.2.2.2.3. Diferenças entre a revogação e a anulação.....	1052
13.13.2.2.3. Cassação.....	1055
13.13.2.2.4. Caducidade ou decaimento.....	1056

13.13.2.2.5. Contraposição ou derrubada.....	1059
Capítulo 14 – Controle dos atos administrativos	1059
14.1. Evolução do controle dos atos administrativos no Brasil	1062
14.2. Classificação do controle dos atos administrativos.....	1064
14.2.1. Quanto ao âmbito de atuação do órgão que controla.....	1064
14.2.2. Quanto ao momento.....	1066
14.2.3. Quanto ao poder que pratica o ato	1066
14.2.4. Quanto ao controle feito entre a Administração Pública direta e indireta	1067
14.2.5. Quanto à iniciativa ou quanto à voluntariedade do controle.....	1068
14.2.6. Quanto ao conteúdo.....	1068
14.3. Controle da discricionariedade administrativa.....	1069
14.4. Controle judicial de atos políticos ou de governo	1079
14.5. Possibilidade ou não de o administrador público deixar de aplicar uma lei porque a consi- dera inconstitucional.....	1080
14.6. Perspectiva contemporânea acerca do controle dos atos administrativos	1084
PARTE 3 – Processo administrativo, relações jurídico--administrativas bilaterais e exer- cício das funções administrativas	1087
TÍTULO I – PROCESSUALIDADE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	1087
Capítulo 15 – Processo administrativo	1087
15.1. Processo e procedimento	1088
15.2. Devido processo legal administrativo	1090
15.3. Fins do processo administrativo.....	1093
15.4. Aplicabilidade das leis do processo administrativo	1093
15.5. Classificações do processo administrativo.....	1096
15.6. Processo administrativo federal – Lei nº 9.784/99	1096
15.6.1. Princípios jurídicos aplicáveis ao processo administrativo.....	1097
15.6.2. Direitos e deveres da Administração Pública e do cidadão	1098
15.6.3. Início do processo administrativo	1099
15.6.4. Legitimados ao processo administrativo	1100
15.6.5. Forma, tempo e lugar dos atos do processo.....	1103
15.6.6. Fases do processo administrativo	1107
15.6.7. Decisão e motivação do processo administrativo.....	1108
15.6.7.1 Decisão coordenada.....	1114
15.6.8. Decadência e convalidação	1115
15.6.9. Fase recursal do processo administrativo.....	1115
15.6.10. Contagem de prazos no processo administrativo.....	1120
Capítulo 16 – Licitações públicas.....	1120
16.1. Evolução das licitações públicas	1120
16.2. Licitações públicas no direito estrangeiro.....	1123
16.3. Relevância das licitações públicas.....	1124
16.4. Aspectos econômicos das licitações públicas	1125

16.5.	Previsão constitucional sobre as licitações públicas.....	1127
16.6.	Entidades e órgãos públicos submetidos à Lei nº 14.133/21.....	1128
16.6.1.	Entidades e órgãos públicos atingidos pela Lei nº 14.133/21.....	1128
16.6.2.	Entidades e órgãos públicos não atingidos pela Lei nº 14.133/21.....	1129
16.7.	Competência para legislar sobre licitações e contratos administrativos.....	1131
16.8.	Conceito de licitação pública.....	1133
16.9.	Natureza jurídica da licitação pública.....	1134
16.10.	Objeto da licitação pública.....	1135
16.11.	Objetivos das licitações públicas.....	1136
16.11.1.	Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.....	1137
16.11.2.	Isonomia.....	1138
16.11.3.	Evitar contratações com sobrepreço, com preços manifestamente inexequíveis e com superfaturamento.....	1139
16.11.4.	Incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável.....	1140
16.12.	Pressupostos da licitação pública.....	1142
16.13.	Princípios da licitação pública.....	1142
16.14.	Contratação direta.....	1148
16.14.1.	Licitação dispensada.....	1148
16.14.2.	Licitação dispensável.....	1150
16.14.3.	Licitação inexigível.....	1162
16.15.	Procedimentos licitatórios ou modalidades de licitação.....	1169
16.15.1.	Fases ou etapas da licitação.....	1170
16.15.2.	Espécies de procedimento ou modalidades.....	1175
16.15.2.1.	Pregão e concorrência.....	1175
16.15.2.1.1.	Forma dos procedimentos.....	1176
16.15.2.1.2.	Modos de disputa.....	1177
16.15.2.1.3.	Pregão.....	1179
16.15.2.1.4.	Concorrência.....	1181
16.15.2.2.	Concurso.....	1184
16.15.2.3.	Leilão.....	1184
16.15.2.4.	Diálogo competitivo.....	1186
16.15.2.4.1.	Introdução.....	1186
16.15.2.4.2.	Aplicação do diálogo competitivo.....	1187
16.15.2.4.3.	Procedimento do diálogo competitivo.....	1187
16.16.	Tipos de licitação ou critérios de seleção da proposta mais vantajosa.....	1191
16.17.	Comissão de licitação, agente da licitação e agente de contratação.....	1192
16.17.1.	Agente da licitação e agente de contratação.....	1192
16.17.2.	Comissão de licitação.....	1194
16.18.	Institutos relevantes nas licitações.....	1195
16.18.1.	Exigência de amostras.....	1195
16.18.2.	Certificados de qualidade.....	1195
16.18.3.	Contratação integrada e semi-integrada.....	1196
16.18.4.	Fornecimento e prestação de serviço associado.....	1198

16.18.5. Orçamento sigiloso.....	1199
16.18.6. Remuneração variável.....	1200
16.19. Procedimentos auxiliares.....	1201
16.19.1. Credenciamento.....	1201
16.19.1.1. Sistema de Compras Expressas (Sicx).....	1202
16.19.2. Pré-qualificação.....	1203
16.19.3. Procedimento de manifestação de interesse.....	1206
16.19.4. Sistema de registro de preços.....	1207
16.19.5. Registro cadastral.....	1216
16.20. Microempresas e empresas de pequeno porte e a licitação pública.....	1216
16.21. Encerramento da licitação.....	1218
Capítulo 17 – Contratos administrativos.....	1219
17.1. Introdução e evolução do tema.....	1219
17.2. Perspectiva nacional e internacional.....	1221
17.2.1. A experiência francesa.....	1222
17.2.2. A experiência do <i>common law</i>	1225
17.2.3. A experiência alemã.....	1227
17.2.4. A experiência da União Europeia.....	1230
17.2.5. A experiência brasileira.....	1231
17.3. Conceito de contratos administrativos.....	1233
17.3.1. Elementos constitutivos do conceito.....	1234
17.3.1.1. Elementos nucleares.....	1234
17.3.1.2. Elementos completantes.....	1235
17.3.1.2.1. Presença da Administração Pública como parte da relação contratual.....	1236
17.3.1.2.2. Objeto do contrato administrativo compreende uma atividade e/ou função administrativa.....	1239
17.3.1.2.3. Presença de cláusulas exorbitantes ou do regime derogatório.....	1240
17.3.1.2.3.1. Origem.....	1240
17.3.1.2.3.2. Definição das cláusulas exorbitantes ou regime derogatório.....	1241
17.3.1.3. Sistematizando os elementos do contrato administrativo.....	1245
17.3.1.4. Análise crítica – perspectiva contemporânea acerca dos contratos administrativos.....	1247
17.3.2. Teoria da inexistência de contratos administrativos como categoria própria.....	1252
17.4. Contratos da administração.....	1253
17.4.1. Tratados internacionais.....	1256
17.4.2. Convênios.....	1256
17.4.3. Atos administrativos negociais.....	1260
17.5. Competência para legislar sobre contratos administrativos.....	1261
17.6. Características dos contratos administrativos.....	1262
17.6.1. Contrato de adesão.....	1262
17.6.2. Natureza personalíssima ou <i>intuitu personae</i>	1262
17.6.3. Oneroso.....	1263
17.6.4. Bilateral.....	1263
17.6.5. Comutativo.....	1263
17.6.6. Formal.....	1263

17.7.	Regime jurídico das prerrogativas do contrato administrativo	1264
17.7.1.	Mutabilidade do contrato	1264
17.7.1.1.	Causas de mutabilidade dos contratos administrativos	1265
17.7.1.1.1.	Âlea administrativa	1266
17.7.1.1.1.1.	Alteração unilateral	1266
17.7.1.1.1.2.	Fato do príncipe	1270
17.7.1.1.1.3.	Fato da administração	1271
17.7.1.1.2.	Âlea econômica	1272
17.7.1.1.2.1.	Situações relevantes no âmbito da âlea econômica	1272
17.7.1.1.2.2.	Teoria da imprevisão	1274
17.7.1.2.	Limites à modificação dos contratos administrativos	1276
17.7.1.2.1.	Equilíbrio econômico-financeiro	1278
17.7.1.2.2.	Metodologia para se promover o reequilíbrio econômico-financeiro	1284
17.7.1.2.3.	Formas de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro	1285
17.7.1.2.3.1.	Revisão	1287
17.7.1.2.3.2.	Repactuação	1287
17.7.1.2.3.3.	Reajuste	1288
17.7.1.2.3.4.	Sistematizando	1290
17.7.1.3.	Matriz de risco	1291
17.7.2.	Exigência de garantias	1293
17.7.3.	Extinção unilateral dos contratos administrativos	1298
17.7.4.	Fiscalização	1299
17.7.5.	Aplicação de penalidades – sanções administrativas	1301
17.7.5.1.	Procedimento para aplicação das sanções administrativas	1313
17.7.5.2.	Prescrição das sanções administrativas	1314
17.7.5.3.	Comunicação das penalidades ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	1315
17.7.5.4.	Desconsideração da personalidade jurídica	1315
17.7.6.	Restrições ao uso da exceção do contrato não cumprido	1316
17.7.7.	Retomada do objeto	1318
17.7.8.	Anulação do contrato e direito de indenização do contratado	1319
17.7.9.	Antecipação de pagamentos	1322
17.8.	Formalização	1323
17.9.	Prazo dos contratos administrativos	1325
17.9.1.	Premissas dogmáticas preliminares	1325
17.9.2.	Prazos contratuais – regra geral e exceções	1326
17.9.3.	Prazo de execução – prazo de entrega do objeto contratual e adimplemento	1328
17.9.4.	Recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente	1328
17.10.	Espécies de contrato administrativo	1330
17.10.1.	Contrato de obra pública	1331
17.10.2.	Contrato de prestação de serviços em geral	1335
17.10.3.	Contrato de fornecimento	1338
17.10.4.	Contrato de delegação	1339

17.10.4.1.	Contrato de concessão de serviço público	1340
17.10.4.2.	Contrato de concessão de serviço público precedido de obra	1340
17.10.4.3.	Contrato de permissão de serviço público	1341
17.10.4.4.	Contrato de ocupação de bem público ou contrato de atribuição	1341
17.10.4.5.	Parceria Público-Privada (PPP)	1342
17.10.4.5.1.	Introdução.....	1342
17.10.4.5.2.	Histórico das Parcerias Público-Privadas	1343
17.10.4.5.3.	Natureza jurídica da Parceria Público-Privada	1344
17.10.4.5.4.	Objeto da Parceria Público-Privada	1345
17.10.4.5.5.	Características da Parceria Público-Privada	1345
17.10.4.5.6.	Espécies da Parceria Público-Privada.....	1346
17.10.4.5.7.	Remuneração do parceiro privado.....	1349
17.10.4.5.8.	Licitação para Parceria Público-Privada	1350
17.10.4.5.9.	Limites contratuais das Parcerias Público-Privadas	1351
17.10.4.5.10.	Gestão das Parcerias Público-Privadas – Sociedade de Propósito Específico – SPE	1352
17.10.4.5.11.	Garantias às Parcerias Público-Privadas.....	1353
17.10.5.	Outras espécies de contratos administrativos	1354
17.11.	Execução dos contratos administrativos.....	1355
17.11.1.	Subcontratação.....	1356
17.11.2.	Recebimento do objeto do contrato administrativo.....	1359
17.12.	Responsabilidade civil contratual.....	1360
17.13.	Arbitragem em contratos administrativos	1364
17.13.1.	Evolução do tema.....	1365
17.13.2.	Arbitragem no âmbito da Administração Pública – perspectiva contemporânea.....	1367
17.14.	Extinção dos contratos administrativos.....	1367
17.14.1.	Extinção pela execução do contrato – cumprimento.....	1369
17.14.2.	Extinção por inexecução do contrato – resolução.....	1369
17.14.2.1.	Resolução voluntária	1369
17.14.2.2.	Resolução involuntária.....	1369
17.14.3.	Extinção por vontade das partes – resilição	1370
17.14.4.	Extinção por ocorrência de ilegalidade – anulação	1371
Capítulo 18 – Entidades em colaboração com o Estado – Terceiro Setor		1372
18.1.	Introdução – os Setores.....	1372
18.2.	Entes privados associados em colaboração com o Poder Público.....	1373
18.2.1.	Organização Social (OS).....	1375
18.2.2.	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	1377
18.2.3.	Organização da Sociedade Civil (OSC)	1379
18.2.3.1.	Instrumentos para celebração de parcerias entre o Poder Público e as organizações da sociedade civil	1382
18.2.3.2.	Chamamento público	1383
18.2.3.3.	Plano de trabalho	1385
18.2.3.4.	Julgamento e homologação.....	1386
18.2.4.	Serviços sociais autônomos, ou “Sistema ‘S’”, ou paraestatais	1386

18.2.5.	Organização Gestora de Fundo Patrimonial (OGFP).....	1390
18.2.5.1.	Conceito e finalidade	1390
18.2.5.2.	Personagens ou instituições relacionadas e ajuste entre elas.....	1390
18.2.5.3.	Objeto da OGFP.....	1392
18.2.6.	Escritório de Arrecadação e Distribuição (ECAD)	1392
Capítulo 19 – Bens públicos ou domínio patrimonial.....		1393
19.1.	Evolução do tema.....	1394
19.2.	Definição jurídico-dogmática de “bem público”	1395
19.3.	Classificação dos bens públicos.....	1399
19.3.1.	Quanto à titularidade – critério subjetivo	1399
19.3.2.	Quanto à finalidade ou à destinação – critério objetivo	1404
19.4.	Características dos bens públicos	1407
19.4.1.	Imprescritibilidade dos bens públicos.....	1409
19.4.2.	Inalienabilidade dos bens públicos.....	1410
19.4.3.	Impenhorabilidade dos bens públicos.....	1411
19.5.	Uso de bem público por particular	1411
19.5.1.	Uso oneroso ou remunerado, e uso gratuito ou não remunerado de bem público.....	1412
19.5.2.	Uso normal ou ordinário, e uso anormal ou extraordinário de bem público.....	1415
19.5.3.	Uso comum e uso especial, ou privativo, ou exclusivo de bem público	1416
19.5.3.1.	Uso comum de bem público	1416
19.5.3.2.	Uso privativo ou exclusivo.....	1416
19.5.3.2.1.	Reconhecimento de uso de bem público	1418
19.5.3.2.2.	Licença de uso de bem público.....	1418
19.5.3.2.3.	Cessão de uso de bem público.....	1418
19.5.3.2.4.	Autorização de uso de bem público	1419
19.5.3.2.5.	Permissão de uso de bem público.....	1419
19.5.3.2.6.	Concessão de uso de bem público.....	1420
19.5.3.2.7.	Concessão de direito real de uso de bem público	1421
TÍTULO II – ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		1423
Capítulo 20 – Serviços públicos		1423
20.1.	Conceito de serviço público	1423
20.1.1.	Crêterios à definição de “serviço público”	1424
20.1.2.	Sentidos ao termo “serviço público”	1427
20.1.3.	Serviço público de “caráter constitucional” e serviço público de “caráter administrativo”	1428
20.1.4.	Definição contemporânea de “serviço público”	1428
20.1.5.	Criação de serviços públicos	1431
20.2.	Serviço público no direito estrangeiro.....	1433
20.2.1.	França	1433
20.2.2.	Alemanha.....	1436
20.2.3.	Itália	1438
20.2.4.	Estados Unidos e o “serviço de utilidade pública” ou “public utility”	1440

20.3. Classificação dos serviços públicos	1441
20.3.1. Quanto à amplitude das atividades	1441
20.3.2. Quanto à titularidade	1442
20.3.3. Quanto aos usuários ou à divisibilidade	1446
20.3.4. Quanto à exclusividade da prestação.....	1447
20.3.5. Quanto à natureza	1449
20.3.6. Outras classificações.....	1449
20.4. Princípios do serviço público.....	1450
20.4.1. Princípio da continuidade do serviço público	1450
20.4.2. Princípio da regularidade	1452
20.4.3. Princípio da eficiência.....	1452
20.4.4. Princípio da segurança.....	1452
20.4.5. Princípio da atualidade	1452
20.4.6. Princípio da generalidade.....	1453
20.4.7. Princípio da cortesia	1454
20.4.8. Princípio da modicidade das tarifas	1454
20.4.9. Princípio da participação dos usuários do serviço público.....	1454
20.5. Interrupção do serviço público	1456
20.6. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Lei nº 8.078/90 – aos serviços públicos	1459
20.7. Estatuto do Usuário de Serviços Públicos – Lei nº 13.460/17	1460
20.8. Descentralização de serviço público.....	1463
20.8.1. Descentralização por outorga e por delegação.....	1464
20.8.2. Delegação de serviços públicos	1466
20.8.3. Concessão, permissão e autorização de serviços públicos	1468
20.8.4. Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de delegação.....	1473
20.8.5. Política tarifária nas delegações de serviço público	1476
20.8.6. Gestão da delegação – execução, terceirização, subconcessão, transferência	1477
20.8.6.1. Subconcessão.....	1478
20.8.6.2. Terceirização das atividades-meio	1479
20.8.6.3. Transferência da delegação	1479
20.8.6.4. Assunção do controle acionário da empresa	1480
20.8.7. Extinção da delegação de serviços públicos	1481
Capítulo 21 – Intervenção do estado na propriedade alheia ou domínio eminente.....	1485
21.1. Direito de propriedade e intervenção do Estado	1485
21.2. Fundamento à intervenção do Estado na propriedade alheia.....	1486
21.3. Competência para legislar sobre a intervenção do Estado na propriedade alheia.....	1489
21.4. Espécies de intervenção na propriedade alheia.....	1490
21.4.1. Confisco.....	1491
21.4.1.1. Conceito de confisco	1491
21.4.1.2. Casos em que pode ocorrer confisco	1492
21.4.1.3. Efeito do confisco	1492
21.4.1.4. Objeto do confisco.....	1492
21.4.1.5. Confisco de bem do terceiro de boa-fé	1493

21.4.2.	Desapropriação.....	1493
21.4.2.1.	Previsão normativa	1493
21.4.2.2.	Legitimidade no âmbito da desapropriação	1495
21.4.2.3.	Espécies de desapropriação.....	1498
21.4.2.3.1.	Desapropriação direta	1499
21.4.2.3.1.1.	Desapropriação ordinária	1499
21.4.2.3.1.2.	Desapropriação extraordinária	1500
21.4.2.3.2.	Desapropriação indireta	1501
21.4.2.4.	Objeto da desapropriação	1506
21.4.2.5.	Procedimento da ação de desapropriação.....	1507
21.4.2.6.	Juros e correção monetária na desapropriação.....	1515
21.4.2.7.	Honorários na desapropriação	1517
21.4.2.8.	Desapropriação por zona	1517
21.4.2.9.	Aquisição da propriedade pela desapropriação.....	1518
21.4.2.10.	Tredestinação, adestinação e desdestinação	1519
21.4.3.	Requisição administrativa	1524
21.4.4.	Limitação administrativa	1528
21.4.5.	Servidão administrativa	1532
21.4.6.	Tombamento	1534
21.4.7.	Ocupação temporária.....	1541
21.4.8.	Sistematizando.....	1542
21.5.	Autointervenção	1543
Capítulo 22 – Responsabilidade civil extracontratual do Estado		1543
22.1.	Evolução da responsabilidade civil extracontratual do Estado	1544
22.1.1.	Irresponsabilidade civil do Estado.....	1545
22.1.2.	Responsabilidade civil do Estado	1546
22.1.2.1.	Teoria subjetiva – responsabilidade civil subjetiva	1547
22.1.2.2.	Teoria do risco administrativo – responsabilidade civil objetiva.....	1548
22.1.2.3.	Teoria do risco integral – responsabilidade civil integral.....	1549
22.2.	Legitimidade para ser responsabilizado.....	1553
22.2.1.	Direito de o Estado demandar, em regresso, o agente público causador do dano	1554
22.2.2.	Ação judicial proposta diretamente contra o agente público.....	1556
22.3.	Elementos dogmáticos da responsabilidade civil extracontratual e objetiva do Estado	1559
22.3.1.	Conduta	1559
22.3.2.	Nexo de causa	1559
22.3.3.	Dano	1565
22.4.	Reparação.....	1566
22.5.	Prescrição das pretensões de responsabilidade civil por dano extracontratual do Estado	1567
22.6.	Casuística – análise de situações específicas	1569
22.6.1.	Responsabilidade por atos lícitos e ilícitos.....	1569
22.6.2.	Responsabilidade por ação ou por omissão.....	1571
22.6.3.	Responsabilidade fora do campo de ação do poder executivo.....	1576
22.6.3.1.	Responsabilidade por atos legislativos.....	1576
22.6.3.2.	Responsabilidade por atos judiciais.....	1578

22.6.4.	Falecimento de detento dentro de estabelecimento prisional.....	1579
22.6.5.	Condições desumanas em estabelecimento prisional.....	1580
22.6.6.	Fuga de preso e responsabilidade civil do Estado.....	1581
22.6.7.	Responsabilidade civil do Estado em relação a atos lesivos praticados por notário ou registrador – delegado de função.....	1582
22.6.8.	Responsabilidade civil da concessionária de serviço público.....	1583
REFERÊNCIAS.....		1585
ÍNDICE.....		1625